





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PROJETO DE LEI Nº 3.859, DE 2000  
(DO SR. CORIOLANO SALES)**



Dispõe sobre o empregado de correspondente bancário.

(ÁS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** - O empregado de pessoa jurídica ou física que atue como correspondente bancário enquadra-se nas disposições do artigo 224 e seguintes do DL Nº 5452, de 01.05.43 (Consolidação das Leis do Trabalho), desde que pratique funções de captação de depósitos, empréstimos, confecção de cadastros, aplicação e recebimento de valores e de outros serviços bancários que impliquem na guarda de sigilo.

**Parágrafo Único** – A quebra do sigilo bancário pelo correspondente, por si ou seus empregados, implica na cessação de suas atividades, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e penal.

**Art. 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Plenário da Câmara dos Deputados, 29 de Novembro de 2000.**

**CORIOLANO SALES**  
Deputado Federal.





### JUSTIFICATIVA:

A contratação de correspondente para prática de atividade bancária, autorizada pela Resolução nº 2707, de 30.03.2000, do Banco Central do Brasil, implica em burla à CLT (art. 224 e seguintes) posto que os serviços nela previstos são todos de natureza bancária.

Com efeito, dispõe o artigo 1º da referida Resolução Nº 2707:

“Art. 1º - Facultar aos bancos múltiplos com carteira comercial, aos bancos comerciais e a Caixa Econômica Federal a contratação de empresas para o desempenho das funções de correspondente no País, com vistas a prestação dos seguintes serviços:

- I. recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos a vista, a prazo e de poupança;
- II. recebimento e pagamento relativos a contas de depósitos a vista, a prazo e de poupança, bem como a aplicações e resgates em fundos de investimentos;
- III. recebimento e pagamentos decorrentes de convênios de prestação de serviços mantidos pelo contratante na forma de regulamentação em vigor;
- IV. execução ativa ou passiva de ordens de pagamento em nome do contratante;
- V. recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e de financiamentos;
- VI. análise de crédito e cadastro;
- VII. execução de cobrança de títulos;





CÂMARA DOS DEPUTADOS



- VII. execução de cobrança de títulos;
- VIII. outros serviços de controle, inclusive processamento de dados, das operações pactuadas;
- IX. outras atividades, a critério do Banco Central do Brasil.

**Parágrafo 1.** A faculdade prevista neste artigo poderá ser exercida por bancos múltiplos com carteira de crédito, financiamento e investimento e sociedades de crédito, financiamento e investimento, relativamente aos serviços referidos nos incisos V a VIII.

**Parágrafo 2.** A contratação de empresa para a prestação dos serviços referidos nos incisos I e II depende de prévia autorização do Banco Central do Brasil, devendo, nos demais casos, ser objeto de comunicação aquela Autarquia.

É inquestionável que todas as funções são tipificadas como bancárias, próprias de instituições financeiras.

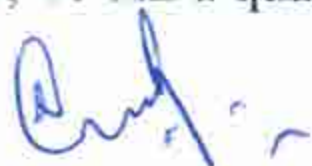
A quebra de sigilo bancário pelo correspondente obriga a instituição financeira contratante, que foi beneficiada com a prática de operações ativas e passivas por terceiros fora da qualificação profissional necessária.

A matéria do sigilo é relevante como é tratada na Lei Federal Nº 4595/64:

**“Art. 38 -** As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados.

.....  
.....

§ 7º - “A quebra de sigilo de que trata este artigo constitui crime e sujeita os responsáveis à pena de reclusão, de um a quatro

 3



CÂMARA DOS DEPUTADOS



anos, aplicando-se, no que couber, o Código Penal e Código de Processo Penal, sem prejuízo de outras sanções cabíveis”.

Os empregados do correspondente, “prima facie”, praticam atividades e serviços bancários e, portanto, enquadram-se nas disposições da CLT (art. 224 e seguintes).

É essencial, portanto, que haja enquadramento legal para essas atividades que estão sendo praticadas sem o amparo devido.

Nessas condições, conclamo os meus pares para aprovação desta proposta, que reputo da maior justiça para centenas de pessoa que começam a trabalhar no interior do País, sem a devida proteção jurídica.

Plenário da Câmara dos Deputados, 25 de Novembro de 2000.

  
\_\_\_\_\_  
**CORIOLANO SALES**  
**Deputado Federal.**



Lote: 81 Caixa: 164  
PL Nº 3859/2000  
5

PLENÁRIO - RECEBIDO	
Em	29/11/00 às 16:45hs
Nome	Helosa
Ponto	3204



## DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943.

APROVA A CONSOLIDAÇÃO DAS  
LEIS DO TRABALHO.

### CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

---

#### TÍTULO III DAS NORMAS ESPECIAIS DE TUTELA DO TRABALHO

---

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS SOBRE DURAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

---

##### Seção I Dos Bancários

Art. 224. A duração normal do trabalho dos empregados em bancos, casas bancárias e Caixa Econômica Federal será de 6 (seis) horas contínuas nos dias úteis, com exceção dos sábados, perfazendo um total de 30 (trinta) horas de trabalho por semana.

*\* Art. 224 com redação dada pela Lei nº 7.430, de 17/12/1985.*

§ 1º A duração normal do trabalho estabelecida neste artigo ficará compreendida entre 7 (sete) e 22 (vinte e duas) horas, assegurando-se ao empregado, no horário diário, um intervalo de 15 (quinze) minutos para alimentação.

*\* § 1º com redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28/02/1967.*

§ 2º As disposições deste artigo não se aplicam aos que exercem funções de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes, ou que desempenhem outros cargos de confiança, desde que o valor da gratificação não seja inferior a 1/3 (um terço) do salário do cargo efetivo.

*\* § 2º com redação dada pelo Decreto-lei nº 754, de 11/08/1969.*

---

---





## **LEI 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964.**

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA E AS  
INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS, BANCÁRIAS E  
CREDITÍCIAS, CRIA O CONSELHO  
MONETÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

### **CAPÍTULO IV DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Seção IV Das Instituições Financeiras Privadas**

Art. 38. As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados.

§ 1º As informações e esclarecimentos ordenados pelo Poder Judiciário, prestados pelo Banco Central do Brasil ou pelas instituições financeiras, e a exibição de livros e documentos em juízo, se revestirão sempre do mesmo caráter sigiloso, só podendo a eles ter acesso as partes legítimas na causa, que deles não poderão servir-se para fins estranhos à mesma.

§ 2º O Banco Central do Brasil e as instituições financeiras públicas prestarão informações ao Poder Legislativo, podendo, havendo relevantes motivos, solicitar sejam mantidas em reserva ou sigilo.

§ 3º As Comissões Parlamentares de Inquérito, no exercício da competência constitucional e legal de ampla investigação (art. 53 da Constituição Federal e Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952), obterão as informações que necessitarem das instituições financeiras, inclusive através do Banco Central do Brasil.

§ 4º Os pedidos de informações a que se referem os §§ 2º e 3º deste artigo deverão ser aprovados pelo plenário da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e, quando se tratar de Comissão Parlamentar de Inquérito, pela maioria absoluta de seus membros.





§ 5º Os agentes fiscais tributários do Ministério da Fazenda e dos Estados somente poderão proceder a exames de documentos, livros e registros de contas de depósitos, quando houver processo instaurado e os mesmos forem considerados indispensáveis pela autoridade competente.

§ 6º O disposto no parágrafo anterior se aplica igualmente à prestação de esclarecimentos e informes pelas instituições financeiras às autoridades fiscais, devendo sempre estas e os exames serem conservados em sigilo, não podendo ser utilizados senão reservadamente.

§ 7º A quebra do sigilo de que trata este artigo constitui crime e sujeita os responsáveis à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, aplicando-se, no que couber, o Código Penal e o Código de Processo Penal, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

.....

.....





## **RESOLUÇÃO BACEN Nº 2.707, DE 30 DE MARÇO DE 2000.**

PROGRAMA NACIONAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO  
- DECRETO Nº 83.740, DE 18 DE JULHO DE 1979 -  
DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE  
CORRESPONDENTES NO PAÍS.

O Banco Central do Brasil, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 30 de março de 2000, com base nos artigos 4º, incisos VI e VIII, 17 e 18, § 1º, da referida Lei e 14 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e tendo em vista o disposto no artigo 3º, inciso V, da mencionada Lei nº 4.595, de 1964, resolveu:

Art. 1º Facultar aos bancos múltiplos com carteira comercial, aos bancos comerciais e à Caixa Econômica Federal a contratação de empresas para o desempenho das funções de correspondente no País, com vistas à prestação dos seguintes serviços:

I - recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança;

II - recebimentos e pagamentos relativos a contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança, bem como a aplicações e resgates em fundos de investimento;

III - recebimentos e pagamentos decorrentes de convênios de prestação de serviços mantidos pelo contratante na forma da regulamentação em vigor;

IV - execução ativa ou passiva de ordens de pagamento em nome do contratante;

V - recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e de financiamentos;

VI - análise de crédito e cadastro;

VII - execução de cobrança de títulos;

VIII - outros serviços de controle, inclusive processamento de dados, das operações pactuadas;

IX - outras atividades, a critério do Banco Central do Brasil.





§ 1º A faculdade prevista neste artigo poderá ser exercida por bancos múltiplos com carteira de crédito, financiamento e investimento e sociedades de crédito, financiamento e investimento, relativamente aos serviços referidos nos incisos V a VIII.

§ 2º A contratação de empresa para a prestação dos serviços referidos nos incisos I e II depende de prévia autorização do Banco Central do Brasil, devendo, nos demais casos, ser objeto de comunicação àquela Autarquia.

Art. 2º Os contratos referentes à prestação de serviços de correspondente nos termos desta Resolução deverão incluir cláusulas prevendo:

I - a total responsabilidade da instituição financeira contratante sobre os serviços prestados pela empresa contratada;

II - a vedação, à empresa contratada, de:

- a) subestabelecer o contrato a terceiros, total ou parcialmente;
- b) efetuar adiantamento por conta de recursos a serem liberados pela instituição financeira contratante;
- c) emitir, a seu favor, carnês ou títulos relativos às operações intermediadas;
- d) cobrar, por iniciativa própria, qualquer tarifa relacionada com a prestação dos serviços a que se refere o contrato;
- e) prestar qualquer tipo de garantia nas operações a que se refere o contrato;

III - que os acertos financeiros entre a instituição financeira contratante e a empresa contratada deverão ocorrer, no máximo, a cada dois dias úteis;

IV - que, nos contratos de empréstimos e de financiamentos, a liberação de recursos será efetuada mediante cheque nominativo, de emissão da instituição financeira contratante a favor do beneficiário ou da empresa comercial vendedora, ou crédito em conta de depósitos à vista do beneficiário ou da empresa comercial vendedora;

V - a obrigatoriedade de divulgação, pela empresa contratada, em painel afixado em local visível ao público, de informação que explicita, de forma inequívoca, a sua condição de simples prestadora de serviços à instituição financeira contratante.





Parágrafo único. Alternativamente ao esquema de pagamento previsto no inciso IV, a liberação de recursos poderá ser processada mediante cheque nominativo de emissão da empresa contratada, atuando por conta e ordem da instituição financeira contratante, a favor do beneficiário ou da empresa comercial vendedora, desde que, diariamente, o valor total dos cheques emitidos seja idêntico ao dos recursos recebidos da instituição financeira contratante para tal fim.

Art. 3º As empresas contratadas para o exercício da função de correspondente nos termos desta Resolução estão sujeitas às penalidades previstas no artigo 44, § 7º, da Lei nº 4.595, de 1964, caso venham a praticar, por sua própria conta e ordem, operações privativas de instituição financeira.

Art. 4º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e adotar as medidas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Resolução nº 2.640, de 25 de agosto de 1999.

ARMÍNIO FRAGA NETO





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

### PROJETO DE LEI Nº 3.859/00

Nos termos do art. 119, **caput**, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 16/10/2001, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto.

Sala da Comissão, em 23 de outubro de 2001.

  
Anamélia Ribeiro Correia de Araújo  
Secretária



Câmara dos Deputados

## REQ 252/2003

**Autor:** Coriolano Sales

**Data da  
Apresentação:** 20/02/2003

**Ementa:** Requer ao Presidente da Câmara dos Deputados o desarquivamento de proposições de autoria do Deputado Coriolano Sales.

**Forma de  
Apreciação:**

**Despacho:** DEFIRO, nos termos do art. 105, parágrafo único, do RICD, o desarquivamento das PECs 109/95, 160/95, 307/00, 333/01, 455/01, 554/02, 555/02 e 586/02, dos PLs 4098/98, 4355/98, 3793/00, 3843/00, 3859/00, 3868/00, 5255/01, 5642/01 e 7053/02, bem como dos PLPs 163/00 e 271/01. INDEFIRO, porém, o desarquivamento dos PLs 3869/00 e 7048/02, assim como dos PLPs 27/95, 131/96, 138/96, 153/97, 154/97, 155/97, 159/97, 261/01 e 312/02, por não se encontrarem arquivados; da PEC 298/95, em vista de ter sido arquivada definitivamente; bem assim do PL 5895/01, em razão de haver sido devolvido ao autor. Oficie-se e, após, publique-se.

**Regime de  
tramitação:**

**Em** 25/03/2003

JOÃO PAULO CUNHA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**REQUERIMENTO**  
**(Do Sr. CORIOLANO SALES)**

Requer ao Presidente da Câmara dos Deputados o  
desarquivamento de proposição de autoria do Deputado Coriolano Sales.

**Senhor Presidente:**

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento  
Interno da Câmara dos Deputados, requeiro à Vossa Excelência o  
desarquivamento da proposição PL 3859/2000.

**Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 2003**



**CORIOLANO SALES**  
Deputado Federal  
PFL/BA



852519F110



CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

Menu Principal

Serviços

Comunicação

eCâmara - Proposições

Consulta tramitação das proposições

**Proposição: PL-3859/2000****Autor: Coriolano Sales - PMDB /BA****Data de Apresentação:** 29/11/2000**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II**Regime de Tramitação:** Ordinária**Situação:** .**Ementa:** Dispõe sobre o empregado de correspondente bancário.**Explicação da Ementa:** ENQUADRANDO O EMPREGADO QUE ATUE COMO CORRESPONDENTE BANCARIO NAS NC ESPECIAIS DO TRABALHO, DA CLT.**Indexação:** APLICAÇÃO, DISPOSITIVOS, (CLT), EMPREGADO, ATUAÇÃO, BANCARIO, FUNÇÃO, CAPTAÇÃO, DEPO BANCARIO, EMPRESTIMO, CONFECÇÃO, CADASTRO, CORRENTISTA, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, BANCOS, SERVIÇO BANCARIO, SIGILO BANCARIO, QUEBRA DE SIGILO, CESSAÇÃO, EXTINÇÃO, ATIVIDADE, AUSÊNCIA, APURAÇÃO, RESPONSABILIDADE CIVIL, RESPONSABILIDADE PENAL.**Despacho:**

30/11/2000 - DESPACHO INICIAL A CTASP E CCJR (ARTIGO 54 DO RI) - ARTIGO 24,II. DCD 01 12 00 PAG 63478

**Pareceres:****CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público****Parecer do Relator : Avenzoar Arruda****Última Ação:****31/1/2003** - MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) - Arquivado nos tern Artigo 105 do Regimento Interno**Andamento:**

29/11/2000	<b>PLENÁRIO ( PLEN)</b> APRESENTAÇÃO E LEITURA DO PROJETO PELO DEP CORIOLANO SALES.
30/11/2000	<b>MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. ( MESA)</b> DESPACHO INICIAL A CTASP E CCJR (ARTIGO 54 DO RI) - ARTIGO 24,II. DCD 01 12 00 P/ 63478 COL 01.
30/11/2000	<b>MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. ( MESA)</b> Encaminhado à CCP
3/1/2001	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP)</b> Recebido pela CCP
1/2/2001	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP)</b> Encaminhado à CTASP
1/2/2001	<b>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ( CTASP)</b> Recebido pela CTASP
11/10/2001	<b>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ( CTASP)</b> Designado Relator: Dep. Laíre Rosado



15/10/2001	<b>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ( CTASP)</b> Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto
22/10/2001	<b>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ( CTASP)</b> Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.
8/3/2002	<b>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ( CTASP)</b> Devolução por força da saída do relator da comissão.
27/11/2002	<b>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ( CTASP)</b> Designado Relator, Dep. Avenzoar Arruda
18/12/2002	<b>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ( CTASP)</b> Apresentação do Parecer do Relator pelo Dep. Avenzoar Arruda
18/12/2002	<b>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ( CTASP)</b> Parecer do Relator, Dep. Avenzoar Arruda, pela aprovação.

Cadastrar para Acompanhamento

 [Página anterior](#)  [Nova pesquisa](#)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ref. Of. P. nº 383/03 – CEICT

Indefiro, tendo em vista que a Proposição foi distribuída nos termos regimentais (art. 139 do RICD), não tendo restado comprovado o mérito da CEICT. Oficie-se e, após, publique-se.

Em 27 / 05 / 03

JOÃO PAULO CUNHA  
Presidente



Documento : 16987 - 1





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Ofício-Pres. n.º 383 /03

Brasília, 14 de maio de 2003.

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 141 e 32, VI, do Regimento Interno da Casa, solicito a Vossa Excelência proceder à revisão do despacho concedido ao Projeto de Lei nº 3.859/00, do Sr. Coriolano Sales - que "dispõe sobre o empregado de correspondente bancário", de modo a propiciar à Comissão de Economia a oportunidade de se manifestar sobre o mérito da proposição.

Certo da acolhida do pleito, aproveito a oportunidade para reiterar protestos de admiração e respeito.

Cordialmente,

  
Deputado **LEO ALCÂNTARA**

Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado **JOÃO PAULO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados

## SGM-SECRETARIA-GERAL DA MESA

Protocolo de Recebimento de Documentos

Ass: W. de E. J. B. T. RM: 2176/03Data: 94/05/03 Hora: 16:40Ass: Angela Ponto: 3491





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO



Ofício-Pres. n.º 461/03

Brasília, 3 de junho de 2003.

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 141 e 32, VI, "b" e "g", do Regimento Interno da Casa, compete à Comissão de Economia se manifestar quanto às propostas que se refiram à ordem econômica nacional, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa; bem como às que tratem do regime empresarial *lato sensu*.

Nesse sentido, solicito a Vossa Excelência reconsiderar revisão de despacho ao Projeto de Lei nº 3.859/00, do Sr. Coriolano Sales – que "dispõe sobre o empregado de correspondente bancário", conforme Of. 383/03 (cópia anexa).

Certo da acolhida do pleito, aproveito a oportunidade para reiterar protestos de admiração e respeito.

Cordialmente,

  
Deputado **LEO ALCÂNTARA**  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado **JOÃO PAULO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
D: 2.003/118.897 (V. 1)  
DATA: 03.06.2003 17:15:13  
ASSUNTO: PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA-Projeto de  
Lei  
INTERESSADO: COMISSÃO DE ECONOMIA INDÚSTRI  
COMÉRCIO  
PROCEDÊNCIA: COMISSÃO DE ECONOMIA INDÚSTRI  
COMÉRCIO  
ÓRGÃO GERADOR: GAB/PRESI

SGM/P nº 1315/2003

Brasília, 25 de junho de 2003.

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício-Pres. Nº 461/03, de 03 de junho de 2003, em que Vossa Excelência solicita revisão referente ao PL 3859/00 para que seja distribuído também à Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo, comunico-lhe que exarei o seguinte despacho:

"Defiro. Reconsidere-se o despacho apostado ao requerido pelo Ofício nº 383/03, para distribuir o PL 3859/00 também à CEICT, devendo manifestar-se antes da CTASP. Oficie-se e, após, publique-se."

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e distinta consideração.

  
**JOÃO PAULO CUNHA**  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado **LEO ALCÂNTARA**  
Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo  
**NESTA**







CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ref. Of.Pres. nº 461/03 – CEICT

Defiro. Reconsidere-se o despacho apostado ao requerido pelo Ofício nº 383/03, para distribuir o PL 3859/00 também à CEICT, devendo manifestar-se antes da CTASP. Oficie-se e, após, publique-se.

Em 25 / 06 / 03

JOÃO PAULO CUNHA  
Presidente



Documento : 17921 - 1

## **E R R A T A**

(Republica-se em virtude de novo despacho do Senhor Presidente:)

ONDE SE LÊ:

**PROJETO DE LEI  
N.º 3.859, DE 2000  
(Do Sr. Coriolano Sales)**

Dispõe sobre o empregado de correspondente bancário.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

LEIA-SE:

**PROJETO DE LEI  
N.º 3.859, DE 2000  
(Do Sr. Coriolano Sales)**

Dispõe sobre o empregado de correspondente bancário.

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO; DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

28/08/2003  
17:00

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Designo relator da seguinte proposição o senhor Deputado Léo Alcântara.

● **PROJETO DE LEI Nº 3.859/00** - do Sr. Coriolano Sales - que "Dispõe sobre o empregado de correspondente bancário."

Em 28 de agosto de 2003

  
Léo Alcântara  
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

**TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS**

**PROJETO DE LEI Nº 3.859/00**

Nos termos do art. 119, *caput*, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio determinou a abertura e divulgação, na Ordem do Dia das Comissões, de prazo para recebimento de emendas (5 sessões), no período de 01/09/2003 a 05/09/2003. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas.

Sala da Comissão, em 8 de setembro de 2003.

  
Aparecida de Moura Andrade  
p/ Secretária





CÂMARA DOS DEPUTADOS

1

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### PROJETO DE LEI Nº 3.859, DE 2000

Dispõe sobre o empregado de  
correspondente bancário

**Autor:** Deputado Coriolano Sales

**Relator:** Deputado Leo Alcântara

#### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em tela busca enquadrar o empregado de pessoa jurídica ou física que atue como correspondente bancário no disposto nos artigos 224, 225 e 226 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que tratam da jornada de trabalho da categoria dos bancários. Essa mudança se justificaria pelo fato de que os empregados do correspondente, "prima facie", praticam atividades e serviços bancários.

A proposição também prevê que a quebra do sigilo bancário pelo correspondente, por si ou seus empregados, implicaria cessação de suas atividades.

É o relatório.

4







## II - VOTO DO RELATOR

O objetivo fundamental da Resolução nº 2.707, de 30.03.2000, do Conselho Monetário Nacional na criação da figura do "correspondente bancário" foi o de permitir que a população de localidades distantes e/ou bairros mais pobres, sem escala suficiente para justificar a instalação de uma agência bancária, tivessem acesso a alguns serviços bancários básicos como recepção e encaminhamento de abertura de contas correntes e poupança, pagamento de contas, aplicações, dentre outras atividades.

Os principais agentes que acabaram por se tornar "correspondentes bancários" foram as agências lotéricas e de correio. É possível que haja alguns casos nos quais os funcionários desses estabelecimentos dediquem mais do que 50% de seu tempo e esforço para as atividades definidas na Resolução supra-citada. No entanto, não há estudos que mostrem o quanto do universo de empregados desse tipo de estabelecimento se encontra nessa situação. O mais plausível é que lotéricas e correios ainda permaneçam dedicando boa parte de seus esforços aos, respectivamente, jogos e correspondências ou encomendas. Desta forma, em sendo as atividades bancárias apenas uma parte da operação destes estabelecimentos, não caberia enquadrar seus funcionários nas normas da CLT próprias de bancários.

Ademais, note-se que lotéricas e correios possuem atividades bastante intensivas no fator trabalho. A adoção do regime de jornada de trabalho da categoria de bancários tenderia a reduzir a flexibilidade das relações trabalhistas nesse segmento, o que poderia implicar aumento de custo e, por conseguinte, abandono, por estes estabelecimentos, da atividade de "correspondente bancário". De fato, poderia passar a não fazer sentido econômico para esses agentes exercerem tal função, pois a mesma estaria gerando custos trabalhistas



B5CACD4000

4





CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

para as outras atividades econômicas, eventualmente até mais lucrativas, da empresa.

O resultado final seria comprometer o funcionamento deste importante mecanismo de inclusão social que é a disponibilização dos serviços bancários mais básicos à população residente em localidades distantes e/ou mais desprovida de recursos.

Tendo em vista o exposto, **votamos pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 3.859, de 2000.**

Sala da Comissão, em 30 de outubro de 2003.

*Leonardo Alcântara*  
Deputado Leo Alcântara  
Relator

312588.00202





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### PROJETO DE LEI Nº 3.859, DE 2000

#### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Economia, Indústria e Comércio, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou unanimemente o Projeto de Lei nº 3.859/2000, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Léo Alcântara.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Léo Alcântara - Presidente, Ronaldo Dimas - Vice-Presidente, Alceste Almeida, Bernardo Ariston, Bismarck Maia, Carlos Eduardo Cadoca, Delfim Netto, Enio Bacci, Enio Tatico, Fernando de Fabinho, Júlio Redecker, Múcio Sá, Reinaldo Betão, Rubens Otoni, Virgílio Guimarães, Zico Bronzeado, Dr. Benedito Dias, Edson Ezequiel e Ricarte de Freitas.

Sala da Comissão, em 5 de novembro de 2003.

Deputado RONALDO DIMAS  
Presidente em exercício





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **PROJETO DE LEI N.º 3.859-A, DE 2000 (Do Sr. Coriolano Sales)**

Dispõe sobre o empregado de correspondente bancário; tendo parecer da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, pela rejeição (relator: DEP. LÉO ALCÂNTARA).

#### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54)

#### **APRECIÇÃO:**

Proposição sujeita à apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

### **SUMÁRIO**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Economia, Indústria e Comércio:

- parecer do relator
  - parecer da Comissão
-